

RESENHA

GLEZER, Raquel. *CHÃO DE TERRA E OUTROS ENSAIOS SOBRE SÃO PAULO*. SÃO PAULO: Alameda, 2007, 188p.

A DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS E A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DE SÃO PAULO

Diogo da Silva Roiz¹

ROIZ, D. S. A distribuição de terras e a organização do espaço urbano na cidade de São Paulo. *Akrópolis Umuarama*, v. 18, n. 4, p. 315-317, out./dez. 2010.

Nos últimos vinte anos houve um aumento significativo do mercado editorial brasileiro, o que proporcionou maior agilidade na publicação de obras e em sua distribuição. No entanto, ainda padecemos de certo marasmo no que diz respeito à tradução de obras fundamentais para a pesquisa, nas mais diversas áreas do conhecimento. Muitas vezes, sendo traduzidas tão somente em função de 'ondas', que trazem novidades por integrarem um dado 'modismo', mas sem, contudo, refletir o seu real significado no avanço da área, do tema e do campo de pesquisa. Não que nessas mesmas 'ondas', evidentemente, não sejam traduzidas obras de valor. A questão é que, em certas ocasiões, uma obra fundamental, que foi publicada nos anos de 1970, nos Estados Unidos ou na Europa, por exemplo, apenas vinte ou trinta anos depois é que é traduzida no Brasil, quando o é – o que não quer dizer que isso vale para todos os casos.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que nosso mercado editorial tem crescido, há ainda um número bastante representativo de obras, que apresentadas como dissertações ou teses, permanecem ainda inéditas no mercado, e ao alcance de um público leitor mais amplo, quando não demoram décadas para serem publicadas². Como foi o caso da tese de cátedra, *Portugal na época da Restauração*, de Eduardo D'Oliveira França, que apresentada em 1951, somente foi publicada em 1997, ou então, a tese de livre docência, *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*, de Maria Luiza Marcílio, que defendida nos anos de 1970, apenas foi publicada em 2000, para citar aqui apenas dois exemplos representativos na área de História.

A obra da professora Raquel Glezer, *Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo*, não foge a essa regra. Apresentada originalmente como tese de livre docência na área de Metodologia da História em 1992, '*Chão de terra*': um estudo sobre São Paulo colonial, como então estava intitulado o trabalho, representa a parte mais significativa do livro que foi publicado no final de 2007 pela Editora Alameda, e ao qual a autora acrescentou outros três ensaios sobre o tema. Digno de nota é ainda o fato de sua tese de doutorado, defendida na década de

¹Departamento de História da UFMS – Amambai. Aluno do Programa de Doutorado da UFPR – bolsista do CNPq. E-mail: diogor@yaho.com.br

²Questão que tem sido significativamente alterada após 2004, quando foi iniciada uma política entre as instituições de ensino e pesquisa (juntamente com sites como o *Dominio Público*), de tornarem disponíveis integralmente suas teses e dissertações, para acessos on-line.

1970, sobre a obra de José Honório Rodrigues, um estudo pioneiro na área de historiografia em nosso país, ainda permanecer inédita³. Mas, assim como ocorreu com a tese de doutorado de João Manuel Cardoso de Mello, *O capitalismo tardio*, que até ser finalmente publicada pela Editora Brasiliense nos anos de 1980, era corriqueiramente fotocopiada pelos pesquisadores interessados no tema, com o caso da tese de Raquel Glezer, não tem sido diferente, embora sua fortuna crítica não tenha sido a mesma, por permanecer ainda inédita e fora do alcance do grande público.

O que o público leitor encontrará em sua obra *Chão de terra* é uma análise profunda e pormenorizada sobre “o surgimento de novo imposto local em nosso longo e peculiar processo de independência”, um tributo “de cunho urbano, que prenuncia também o advento dos conceitos e procedimentos liberais para a propriedade e sua transmissão ao longo de todo o século retrasado, com implicações para a redefinição de competência e atribuições institucionais” (p. 10), é o que esclarece Murillo Marx, professor da Faculdade de Urbanismo e Arquitetura da Universidade de São Paulo, ao apresentar a obra. O que não é pouco, dado que o autor é um dos pioneiros no estudo da questão urbana em nosso país, com seus livros: *Nosso Chão: do sagrado ao profano* (de 1988) e *Cidade no Brasil terra de quem?* (de 1991), e com os quais Raquel Glezer manterá um diálogo constante em todo seu livro.

A obra, como foi dito acima, é composta de duas partes. A primeira, *Chão de terra*, agrega a versão revista de sua tese de livre docência. Na segunda, *Outros ensaios*, a autora reuniu três textos sobre o tema, a saber: ‘São Paulo como objeto: construção e uso’ (de 1998), ‘O campo da história’ (de 1992) e ‘As transformações na cidade de São Paulo no final do século XIX e no início do século XX’ (de 1995), e que avançam em relação à análise proposta na tese. A lamentar apenas, quanto a esse aspecto, a não inclusão dos textos: ‘São Paulo e a elite letrada brasileira no século XIX’ (que está publicado na *Revista Brasileira de História*, n. 23/24, 1991-1992, p. 19-30) e ‘São Paulo, cem anos de perímetro urbano’ (que está publicado na revista *História*, Unesp, n. 13, 1994, p. 155-166), por estarem intimamente relacionados a análise

empreendida pela autora na obra; mesmo considerando que ela justifica não tê-los incluído no livro, em função de estarem disponíveis mais facilmente, ao contrário dos selecionados, que teriam uma circulação mais restrita, dado que o primeiro é versão revista de texto apresentado em congresso, no XIV Encontro Regional de História da Anpuh de São Paulo, ocorrido em 1998, e os outros dois foram publicados na revista *Cadernos da História de São Paulo*, do Museu Paulista – em que a autora foi diretora.

Após apresentar a importância de se estudar a questão urbana no país, e quais os principais estudos nessa área (que não se limitam ao campo da História, visto que o tema permite uma abordagem multidisciplinar), a autora demonstra quais os usos que foram feitos do passado, pela historiografia sobre a história de São Paulo, em que o “passado descrito e narrado como brilhante e glorioso foi e tem sido utilizado como ponto de apoio para atitudes, relacionamentos e atividades políticas com outros Estados, e com o Governo Federal” (p. 44). Contudo, para “evitar a dispersão que o tema propicia, o estudo foi concentrado efetivamente apenas no aspecto da terra, da propriedade, posse, apropriação e usos do solo, na vila e cidade de São Paulo” (p. 34), demandando um trabalho de quase doze anos entre o levantamento, coleta, sistematização, análise das fontes e apresentação do texto como tese de livre docência. O resultado final, que foi publicado no livro, é verdadeiramente uma aula de história, na qual a pesquisadora experiente que é, preocupa-se em indicar todas as características do debate (que diz o ter efetuado de forma bastante sintética no livro, haja vista que sua divulgação para um público mais amplo, fez com que o ponto central seja ir direto ao tema), em descrever as características e o estado das fontes (ressaltando avanços que podem ser efetuados e caminhos que podem ser percorridos, e com os quais não se aventurou) e em explicitar as dificuldades de vocabulário da época, fragilidades conceituais nos estudos sobre o tema e suas escolhas metodológicas para abordar a questão.

Feito isto, a autora empreende uma análise minuciosa sobre a Lei de Terras aprovada em 1850, e que foi um marco para a questão do entendimento do que seria o terreno urbano (em oposição e complemento a área rural). Iden-

³Muito embora possa ser facilmente acessada no site: <http://www.raquelglezer.pro.br/paginasASP/eedicoes.asp>

tifica as diferentes formas de aquisição de terras, no espaço urbano e rural, antes e depois da aprovação da lei. Detendo-se na maneira como o debate incidiu ao longo do período imperial, com destaque para a cidade de São Paulo. De acordo com ela:

Os termos da Lei de Terras são considerados claros e seus objetivos e alcance têm sido muito debatidos pelos especialistas que no entanto não se aperceberam da estranha forma pela qual um arrolamento de propriedades, melhor dizendo, de prédios urbanos, realizado para fins de tributação no início do século XIX, foi transformado em definição, em identificação da área ocupada nos núcleos urbanos, quase quarenta anos depois, desconhecendo a extensão efetivamente ocupada e a expansão da população (p. 66).

Mesmo considerando que a Lei de Terras de 1850 favoreceu a organização do registro das terras possuídas na cidade de São Paulo, tanto para a área rural quanto para a urbana, “apesar da definição do perímetro urbano pela área da Décima Urbana, continuaram em vigor as delimitações tradicionais do termo e do rossio que vinham dos primórdios da colonização” (p. 68). Nesse aspecto, a autora fará uma análise minuciosa sobre o surgimento da Décima Urbana, como um imposto sobre os prédios urbanos, que foi recebendo alterações ao longo do tempo, e, depois, auxiliou diretamente na organização do perímetro urbano da cidade de São Paulo no século XIX. A autora se detém em analisar como o imposto foi cobrado, comparando suas arrecadações, valores e quantidade de imóveis, em que o imposto insidia. Em seguida, avança discutindo a persistência dos costumes, no que dizia respeito à distribuição de terras e ao espaço do perímetro urbano da vila e (depois) da cidade de São Paulo. Para isso, identifica o significado histórico do rossio e do termo, que a fizeram empreender uma análise retrospectiva até o início da colonização. Para ela:

A confusão e dificuldade de definir os espaços do termo e os do rossio atrapalha muito os especialistas na história de São Paulo. Se acrescentar a eles a divisão administrativa religiosa, em freguesias, que espacialmente também era diversa, fica difícil a definição de espaços de forma compatível aos padrões atuais (p. 106).

Por outro lado:

A terra urbana foi relativamente preservada pela Lei de Terras de 1850, embora brutalmente reduzida: do termo ou do rossio apenas a área da Décima Urbana foi preservada efetivamente, apesar dos cuidados com os aforamentos e ‘terras de uso comum’. A legislação imperial oitocentista sobre terra desgarrou-se da tradição portuguesa e tentou fazer uma rígida divisão entre ‘terras para lavoura e criação’ e para vilas e cidades (p. 119).

Concluindo que:

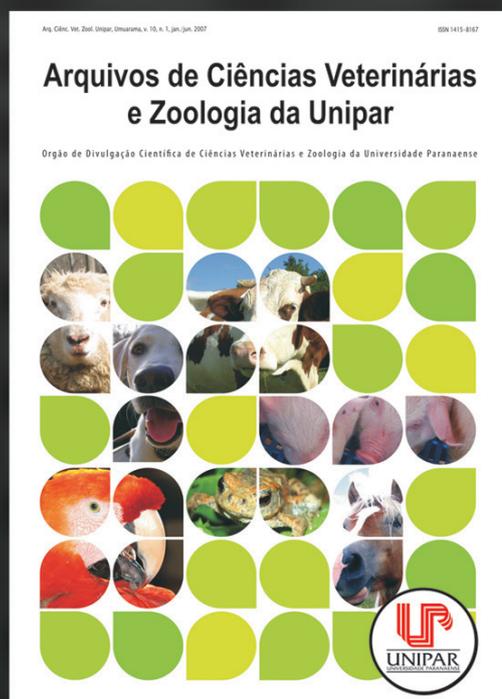
Poder-se-ia pensar que o uso tradicional da terra urbana fosse herança da área rural, do sistema de agregados e moradores, mas, ao contrário, é uma persistência, uma clara reminiscência do período colonial, no qual a terra urbana era cedida gratuitamente, ou por foro, pelos oficiais da Câmara para os moradores do local, por necessidade e para uso (p. 120-1).

A análise minuciosa e pioneira da autora contribuiu, por isso, diretamente com o avanço do tema e das discussões sobre a história urbana no Brasil, desde que foi defendida a sua tese (de livre docência) em 1992. O texto, como qualquer trabalho histórico, guarda, por isso, as características e as limitações da época em que surgiu. Mesmo com os ensaios que foram acrescentados ao livro, e que complementariam sua discussão nos anos de 1990, a autora preferiu não acrescentar nenhuma análise sobre os debates e as pesquisas mais recentes sobre o tema. Por tudo isso, o livro em questão, apesar de só ter sido lançado quinze anos após a defesa do trabalho, continua sendo uma bela contribuição para o tema e para o entendimento da questão urbana no país.

Arquivos de Ciências Veterinárias e Zootecnia da Unipar

Orgão de Divulgação Científica de Ciências Veterinárias e Zootecnia da Universidade Paranaense

ISSN 1415-8167



- Publica trabalhos na área de Medicina Veterinária, Zootecnia, Zootecnia, Zootecnia
- Periodicidade: Semestral
- e-mail: arqvet@unipar.br

O CONHECIMENTO NÃO É NADA SE NÃO FOR COMPARTILHADO

